

NOTA TÉCNICA SUPOF/SEFAZ-RJ N° 18/ 2015

DATA: 25/08/2015

ASSUNTO: Proposta de ajustes de valores em Rubricas de Receitas estimadas para a UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), para o Projeto de Lei de Orçamento para o período 2016-2018.

Esta nota visa reavaliar a Nota Técnica SUPOF/SEFAZ-RJ N°14/2015, de 08 de julho de 2015, que trata das Metodologias e premissas das Receitas para a Proposta Orçamentária, período 2016-2018, alterando os valores anteriormente apresentados. Recentes medidas de gestão implantadas neste exercício e sua continuidade nos próximos anos acenam para melhores resultados do processo arrecadatório. Em paralelo, ações para viabilizar receitas extraordinárias, no âmbito da concessão de serviços públicos e da alienação de bens patrimoniais também vêm concentrando esforços da Administração Estadual.

Nos parágrafos a seguir enumeram-se as rubricas que foram objeto de estudo e discussão com os agentes públicos envolvidos e a consequente alteração de valores descrita nesta Nota.

I - Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias apresentadas no capítulo IV da Nota Técnica SUPOF/SEFAZ-RJ N°14/2015 estão sendo reavaliadas em mais R\$ 4,06 bilhões. Em 2016, espera-se arrecadar nessa Rubrica R\$ 48,74 bilhões; para 2017 e 2018, os valores estão reestimados em R\$ 49,11 bilhões e R\$ 52,54 bilhões, respectivamente.

Subsecretaria de Política Fiscal

ICMS — estimativa atualizada - R\$ 37,0 bilhões

O aumento de R\$ 2,0 bilhões para 2016 justifica-se no aperfeiçoamento da gestão da Receita, resultado do início da implantação de projetos estruturantes, dentre eles Barreira Fiscal, Polo de Cobrança Administrativa, Programas de Fiscalização e Documentos Eletrônicos. Leis recentemente autorizadas permitindo a formalização de Termos de Ajuste de Conduta Tributária – TACT(s) com pagamento parcelado reforçam a expectativa de melhoria da arrecadação. A gestão da inadimplência continuará sendo prioridade da SEFAZ.

FECP – estimativa atualizada - R\$ 3,9 bilhões

Acompanhando a nova estimativa de ICMS e considerando os reajustes das tarifas de energia projetou-se para o FECP um aumento de R\$ 700 milhões em 2016.

IPVA – estimativa atualizada - R\$ 3,1 bilhões

A reestimativa está em linha com as iniciativas da Subsecretaria de Receita, iniciadas neste exercício, com destaque para o envio de cartas aos contribuintes, e ações de repressão aos devedores, com destaque para a operação Pavio Curto em parceria com os Municípios. Para os anos de 2017 e 2018, foram estimados R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,7 bilhões, respectivamente.

ITD – estimativa atualizada - R\$ 1,0 bilhão

O aumento de R\$ 296 milhões para 2016 nessa Rubrica é pautado também nas mudanças de procedimentos arrecadatários do ITD. As iniciativas da Subsecretaria de Receita iniciadas neste exercício já apresentam resultados positivos e estima-se que a arrecadação de 2016 seja significativamente impactada a maior, inclusive após a implementação do Projeto de ITD Fácil, quando a relação do contribuinte com a SEFAZ ocorrerá de forma virtual e declaratória.

Subsecretaria de Política Fiscal

IRRF - estimativa atualizada - R\$ 3,7 bilhões

A estimativa de 2016 foi reajustada a maior em R\$ 300 milhões, tendo como base a estimativa de crescimento da folha de pessoal para o exercício, a partir de ajustes salariais já previstos em Lei para diversas categorias.

II – Demais Receitas

Depósitos Judiciais – estimativa atualizada - R\$ 673 milhões

A reestimativa atual está em linha com a expectativa de aumento anual das receitas do Fundo de Depósitos Judiciais não Tributários, em torno de R\$ 1,5 bilhão, o que permitirá efetuar saques em valor compatível com os percentuais autorizados na Lei 163/2015, antes estimado em R\$ 173 milhões.

Royalties & FEP – estimativa atualizada - R\$ 7,5 bilhões

O aumento de R\$ 1,5 bilhão das Receitas de Participações Governamentais é consequência da alteração pela ANP na metodologia de precificação do óleo e do gás, a vigorar a partir de 2016, em concordância aos estudos efetuados pela SEDEIS.

FPE - estimativa atualizada - R\$ 1,5 bilhão

A transferência do Fundo de Participação dos Estados teve sua estimativa acrescida em R\$ 300 milhões para o exercício de 2016 em virtude do novo coeficiente de participação do Rio de Janeiro na divisão dessa Receita, recentemente divulgado, que passou de 1,5277% para 3,0410%.

IPI -- estimativa atualizada - R\$ 928 milhões

Seguindo a mesma direção do FPE, a transferência do IPI - Exportação teve sua estimativa acrescida em R\$ 100 milhões para 2016. O coeficiente de participação do Rio de Janeiro passou de 14,63181% para 15,05857%.

Subsecretaria de Política Fiscal

CIDE - estimativa atualizada - R\$ 319 milhões

A receita dessa transferência para 2016 foi reavaliada a maior em 200 milhões, tendo em vista a mudança da política de administração de preços.

FEX- Demais Transferências da União- estimativa atualizada - R\$ 86 milhões

A Receita de Auxílio Financeiro, não incluída na Nota anterior, foi agora estimada em R\$ 86 milhões para 2016 e R\$ 43 milhões para 2017 e 2018. Essa receita, de competência 2014, não foi repassada naquele exercício. O Governo Federal divulgou que o repasse do auxílio em atraso ocorrerá nos quatro últimos meses de 2015, e confirmou sua continuidade nos exercícios subsequentes. O valor de R\$86 milhões na estimativa para 2016 é referente ao repasse de 2015, que, como ainda não foi divulgada a Medida Provisória, possivelmente será realizado em atraso; mantém-se o repasse de 2016 conforme competência. A estimativa para os anos 2016-2018 foi calculada de acordo com o novo coeficiente do Estado do Rio de Janeiro para 2014 de 2,94%, apresentado no PL 2455/15, em fase de discussão no Congresso Nacional.

Receitas Extras - estimativa atualizada - R\$ 5,1 bilhões

O aumento justifica-se em razão de novas expectativas de realização de Receita de Concessão de serviços públicos, já citados no início desta Nota, projetos sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Transportes.

Alienações de Bens - estimativa atualizada- R\$ 5,1 bilhões

A celeridade nos procedimentos de criação da Empresa Fluminense de Securitização de Créditos e a conseqüente expectativa de lançamento das debêntures em novembro alteram de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 4 bilhões a receita esperada para 2016, decorrente da Securitização da Dívida Ativa. No âmbito dessa mesma rubrica, esforços serão envidados para acelerar a venda de imóveis cujos procedimentos estão sendo



Subsecretaria de Política Fiscal

programados, o que poderá resultar em cerca de R\$ 1,1 bilhão. Juntas, essas receitas representam um aumento de R\$ 2,6 bilhões em relação ao valor anteriormente indicado.

Operações de Crédito - estimativa atualizada- R\$ 6,1 bilhões

Junto com a revisão do programa de Ajuste Fiscal – PAF a ser encaminhada à STN em outubro próximo, pretende-se pleitear aumento do espaço fiscal no valor de R\$ 2,5 bilhões para contratação de novas operações que darão continuidade a investimentos em andamento, principalmente o término da Expansão de Linha 4, ligação e estação do trecho Ipanema-Gávea.

Conclusão:

As alterações aqui descritas aumentam em R\$16,3 bilhões o montante anteriormente apresentado para 2016, no que se refere às Receitas administradas pelo Tesouro Estadual.

Numa atitude conservadora, mecanismos de ajustes para compatibilizar Receita e Despesa serão aplicados no decorrer do exercício, sempre que necessário, no sentido de preservar o equilíbrio das contas estaduais, preocupação cada vez mais presente, diante do cenário econômico que se vislumbra, pelo menos, para os próximos dois anos.

Liliane Figueiredo da Silva

Coordenadora de Projeções e Acompanhamento de Metas Fiscais

Raphael Philipe dos Santos Lopes Leal de Moura

Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

De acordo,

Josélia Castro de Albuquerque

Subsecretária de Política Fiscal